

Palavra do Presidente

Um Ano desafiador...

Com as dificuldades e as incertezas causadas em razão da pandemia do Covid 19, fomos obrigados a ajustar procedimentos e adotar medidas para continuar cumprindo as atribuições de autarquia reguladora e fiscalizadora dos serviços públicos concedidos.

Na esteira da imposição dessa nova ordem, fizemos as adaptações possíveis e necessárias e conseguimos manter o ritmo de trabalho e o comprometimento dos colaboradores com a missão da Agepan: "Servir à sociedade por meio da excelência na regulação dos serviços públicos delegados, e contribuir com o desenvolvimento sustentável do Estado de Mato Grosso do Sul".

Por conta da pandemia, somos desafiados a todo instante e impelidos a adotar novos modelos de operação que conciliem as recomendações e os procedimentos médico-científicos às nossas particularidades técnicas e administrativas como ente regulador e fiscalizador. A adoção do teletrabalho está permitindo, às nossas equipes, o compartilhamento de informações e o cumprimento das tarefas cotidianas da Agência e a necessária interação das coordenadorias, assessorias e diretorias.

Estamos caminhando para encerrar um ano desafiador e difícil, que está causando muito sofrimento à sociedade. Perderam-se vidas, roubaram-se sonhos, confinaram-se e dividiram-se pessoas, deram voz aos curandeiros de plantão.

Contudo, nesse cenário de imprevisibilidade está sendo reafirmada a garra da nossa gente, configurada na resiliência, no ajustamento de condutas pessoais e comerciais, na solidariedade e na união de esforços que nos levem à cura dessa pandemia e a volta da alegria, do brilho nos olhos e dos abraços apertados, que tanto fazem falta nos dias de hoje.

Um Natal de Paz, Amor e Família Unida. Que venha **2021**, carregado de Saúde e Vitórias à Família Agepan e à toda Nação Brasileira. Trabalho, fé na vida e no amanhã!

Youssif Domingos



Termo de Ajustamento de Conduta para o Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros

Proposta de portaria cria Termo de Ajustamento de Conduta para agentes que tenham sido autuados, com o objetivo de transformar penalidades de multas em investimentos para melhorar a prestação dos serviços

A penalização com multas aplicadas às empresas delegatárias e outros operadores nos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros em Mato Grosso do Sul poderá ser substituída por um Termo de Ajustamento de Conduta, com obrigação de investimentos e correção das inconformidades. É o que prevê uma norma a ser editada pela Agepan.

Página 4



UTE Vista Alegre
Maracajú/MS

UTE Sonora
Sonora/MS

DGE inicia mais uma fiscalização da geração

Agepan deu início a mais uma campanha de fiscalização do serviço de geração de energia elétrica em Mato Grosso do Sul. Nessa campanha, o foco é inspecionar o desempenho de usinas termelétricas (UTES). Essa ação faz parte de um conjunto de atividades previstas no Contrato de Metas do Convênio Agepan/ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Quatro empreendimentos foram elencados para verificação. O trabalho é realizado pela Câmara Técnica de Energia, da Diretoria de Gás, Energia e Aquário.

A fiscalização das UTES tem como objetivo assegurar que o desempenho operacional dessas usinas atinja um mínimo desejado, ou seja, correção da baixa performance relacionada aos fatores gerenciáveis de manutenção e de operação.

Metodologia e impactos

A metodologia adotada para fiscalização dos empreendimentos de geração de energia elétrica está baseada em três níveis: *Monitoramento* de indicadores estruturados; *Ações à distância*, que consistem na investigação dos

pontos de maior risco técnico regulatório relativamente à conformidade esperada; e *Ação de campo* estratégica com foco na busca de evidências durante os trabalhos de fiscalização de campo.

A fiscalização é importante para o sistema gerador porque se uma usina térmica não apresentar o desempenho operacional satisfatório ela acarreta em deficiência, tanto na seguridade de suprimento de energia elétrica, quanto na modicidade tarifária e no planejamento do setor. A indisponibilidade de uma usina térmica com contratos de venda de energia mais barata irá demandar a geração térmica adicional e uma usina mais cara.

O monitoramento realizado pela Aneel indicou a relação de quatro usinas localizadas no em Mato Grosso do Sul para serem fiscalizadas pela Agepan no atual período. O trabalho ocorre, primeiramente, à distância, e, se necessário em campo. São elas: UTE Sonora, no município de Sonora; UTE Vista Alegre, no Distrito de Vista Alegre, em Maracaju; UTE Amandina, em Ivinhema; e UTE Eldorado, em Rio Brilhante.



Diretoria
da Presidência
Youssif Domingos

Diretoria de Regulação e Fiscalização -
Área de Transportes, Rodovias e Portos
Ayrton Rodrigues

Diretoria de Regulação e Fiscalização -
Área de Gás Canalizado, Energia e Aquário
Valter Almeida da Silva

Diretoria de Regulação e Fiscalização -
Área Saneamento Básico
Marilucia Pereira Sandim

Superintendência de
Administração e Planejamento
Sandra Regina Fabril

DizAgepan

Ações mensais, desenvolvidas por intermédio da Presidência, Diretorias, Ouvidoria, Gerências, Assessorias, Câmaras Técnicas, e demais colaboradores.

Colaboradores • ARI Carlos Duailibe • ACOM Gizele Oliveira • GEPLAN Elisa Paes • CATESA e CRES Janaina Alves
• CATENE Liliam Matos • CATRANSP Caroline Tomanquevez • CATEGÁS Valter Almeida • GEAF Rafael Ribeiro • CRET Ernesto Katsu • CRES
Iara Marchioretto • ATI Manoel de Souza • Ouvidoria Cristiane Figueiredo • PJUR Fabíola Porcaro • RH Angela Aragão

Coordenação Editorial Gizele Oliveira e Carlos Duailibe Projeto Gráfico Carlos Duailibe

Agência amplia fiscalização do transporte com a regulamentação do acesso ao Bilhete Eletrônico

A Agência está aperfeiçoando o sistema de fiscalização dos serviços de transporte rodoviário de passageiros nas linhas intermunicipais. Graças a um novo instrumento que permitiu o compartilhamento de dados do Bilhete de Passagem Eletrônico (BP-e) pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), a Agência agora tem acesso a informações mais confiáveis e seguras sobre a movimentação das empresas. Com a parceria da Superintendência de Gestão da Informação, a Agência está construindo um sistema próprio para gerenciamento dos dados obtidos.

Uma conquista da regulação

Já no fim do ano passado, o Governo do Estado reduziu a base de cálculo do ICMS nas prestações de serviços de transporte intermunicipal de passageiros de 17% para 7%, mas, para conseguir a redução, uma das condições é que a empresa esteja regular quanto à concessão dos benefícios sociais. Cabe à Agepan emitir à Sefaz os relatórios que comprovem o cumprimento dessa obrigação.

As mudanças foram implementadas por meio do Decreto nº 15.338, de dezembro de 2019. Esse decreto acrescentou dispositivos a outro, o Decreto 13.646/2013, que regulamenta a Lei nº 4.086, de 20 de setembro de 2011, sobre descontos e gratuidades no transporte intermunicipal de passageiros.

A Secretaria normatizou a forma como o compartilhamento de dados pode ser feito. Cada transportadora precisou conceder permissão para que órgãos de controle, como a Agepan, pudessem acessar seus dados. A Sefaz já está compartilhando com a Agência as informações daqueles que assinaram a permissão.

“A Agepan buscou essa forma de acesso em função de toda a *expertise* da Secretaria de Fazenda, do *know-how* que o Fisco já dispõe com dados totalmente confiáveis das empresas. Mato Grosso do Sul, então, dispõe agora de informações compartilhadas de qualidade para a atividade de regulação e fiscalização do transporte rodoviário de passageiros”, explica o Diretor de Transportes, Rodovias e Portos, Ayrton Rodrigues.

Informatização e gerenciamento

Inicialmente, uma das principais atividades de fiscalização que está evoluindo é a da concessão da gratuidade e descontos legais para pessoas idosas e com deficiência. Com o compartilhamento, os técnicos e analistas podem verificar em tempo real cada bilhete emitido, horário, itinerário, linha.

Todas as informações que antes chegavam posteriormente por declarações enviadas pelas empresas, agora vêm direto da base de dados da Fazenda, no momento em que cada passagem é vendida. “Além de identificar os bilhetes de gratuidade concedidos e avaliar o direito da empresa ao ICMS reduzido, esse 'retrato' vai ser muito importante para a fiscalização da movimentação do sistema de transporte como um todo”, avalia o diretor Rodrigues.

Com a parceria da Superintendência de Gestão da Informação (SGI), a Agência está construindo um sistema informatizado próprio, para 'fazer a leitura', gerar relatórios e gerenciar o conteúdo obtido no banco de dados do BP-e. Dessa forma, as informações poderão ser corretamente compiladas, verificadas e utilizadas nas atividades de regulação e fiscalização.

Ouvidoria

A oportunidade de acesso aos dados vai ajudar também a Ouvidoria, setor da Agência responsável por intermediar os conflitos e buscar soluções entre os usuários, as entidades reguladas e o Poder Concedente.

O sistema que está sendo construído para compilação e análise de bilhetes emitidos permitirá, por exemplo, consultar se uma gratuidade que foi negada em razão de já estar sendo utilizada por outro passageiro é realmente justificada.



Ao se cuidar, você colabora para reduzir o contágio da Pandemia do Covid 19. Saúde!

TAC para o Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros

A minuta de uma nova Portaria colocada em consulta pública pela Agência apresenta os critérios, requisitos e os procedimentos para a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta no setor de transporte. A proposta visa instituir um instrumento regulatório inovador, que seja realmente eficaz para o usuário, fazendo com que o prestador, de fato, corrija o problema que motivou a penalidade.

Compromisso

Conforme a proposta, o TAC será celebrado entre a Agência e os agentes que tenham sido autuados, estes serão denominados Compromissários e tem como objetivos: para os operadores, a transformação das penalidades de multas aplicadas, em investimentos, que resultem em melhorias diretas na prestação dos serviços; para os demais agentes (como os clandestinos), o cancelamento das penalidades de multas visando adequar ou cessar conduta de práticas irregulares recorrentes. “Uma empresa autuada, por exemplo, por más condições do ônibus, poderá aplicar esse recurso na melhoria dos veículos. Já um transportador flagrado agindo clandestinamente, terá que cessar essa prática”, explica o diretor de Transportes da Agepan, Ayrton Rodrigues.

O descumprimento de qualquer obrigação do TAC no período de 12 meses implicará no cancelamento do Acordo e no retorno à condição de infrator devedor.

Melhoria para o usuário

No modelo atual de penalização, o transportador autuado torna-se um devedor e, ao fim do processo, o débito não quitado pode ser inscrito em Dívida Ativa. O estudo técnico que serviu de base para a proposta da portaria do TAC considera que a aplicação de penalidades de natureza pecuniária não assegura, necessariamente, a compensação aos usuários dos serviços pela inconformidade que motivou a autuação. A punição sistemática impõe à Agepan custos administrativos com a tramitação

de processos, sem induzir os agentes infratores à mudança de comportamento esperada.

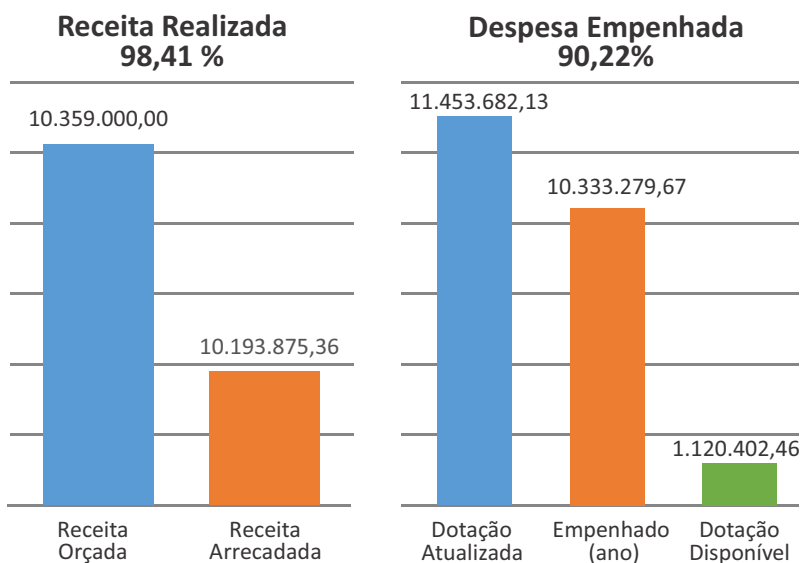
O diretor presidente da Agência, Youssif Domingos, explica que a busca de uma atuação administrativa efetivamente voltada para a prestação de um serviço público de qualidade deve buscar instrumentos que sejam eficazes. “A Agência reguladora entende que há instrumentos que podem ser usados como alternativa à simples imposição de penalidades, que venham a apresentar resultados mais satisfatórios. O TAC proposto terá características de substitutivo de penalidades aplicadas. Ele não significa a simples anistia, e, sim, prevê objetivos e metas a serem cumpridos pelos agentes”. O TAC extinguirá o processo administrativo, estabelecendo novo instrumento de direitos e obrigações, acordados entre as partes.

O mecanismo de ajustamento de conduta firmado com agentes prestadores de serviços públicos é inédito na regulação em Mato Grosso do Sul, mas já é utilizado ou foi experimentado por diversos órgãos da administração pública, incluindo agências reguladoras federais. A proposta que já vinha sendo estudada pela Agepan está sendo consolidada neste ano de 2020, quando a ocorrência da pandemia impactou negativamente os prestadores de serviço de transporte intermunicipal de passageiros sob todas as modalidades. O cenário reforçou a necessidade de estimular os transportadores e viabilizar a continuidade da prestação dos serviços.



Execução Orçamentária - Janeiro a Novembro/2020

Receita Orçada	10.359.000,00
Dotação Inicial	10.359.000,00
Dotação Atualizada	11.453.682,13
Receita Arrecadada	10.193.875,36
Empenhado (ano)	10.333.279,67
Dotação Disponível	1.120.402,46
Liquidado (ano)	9.847.174,13
Pago (ano)	9.783.320,71
Liquidado a Pagar (ano)	63.853,42



Diz Ouvidoria

Atendimentos e Principais Atividades Realizadas no mês de Novembro

Atendimentos

Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros

59 atendimentos, sendo 7 reclamações e 52 informações - solucionadas, a maioria, no momento do atendimento.

Saneamento Básico

53 atendimentos, dos quais 50 foram classificados como informações e 3 foram registradas como reclamações - encaminhadas para manifestação da concessionária.

Serviços internos

Foram realizados 25 atendimentos relacionados aos serviços prestados diretamente pela Agepan, principalmente, informações e orientações a operadores do transporte de passageiros e 2 reclamações registradas.

Energia Elétrica

3 atendimentos de informação e uma reclamação.

Gás Canalizado

Não foram registrados atendimentos.

Relatórios

- Monitoramento mensal de solicitações de ouvidoria

registradas pelos consumidores das distribuidoras Energisa-MS, referente ao mês de outubro de 2020.

- Acompanhamento de reclamações de energia elétrica nos Procons do MS.
- Acompanhamento de reclamações de energia elétrica no site consumidor.gov.

Outras atividades

- Reunião via Teams, em 05/11, com a Energisa MS para monitoramento de solicitações de usuários, com equipe da ouvidoria e do atendimento da concessionária.
- Reunião via Teams, em 19/11, com a Energisa MS para ajustes de procedimentos, com equipe da ouvidoria e do atendimento da concessionária.

Dezembro Laranja - Campanha Nacional do Câncer de Pele

É preciso prestar a atenção em pintas que crescem, manchas que aumentam, sinais que se modificam ou feridas que não cicatrizam pois podem revelar o câncer de pele. "O autoexame frequente facilita o diagnóstico e tratamento precoces. Ao notar algum dos sintomas, procure um médico especialista em dermatologia da Sociedade Brasileira de Dermatologia", orienta Dr. Elimar Gomes - SBD.

Quadro de Solicitações Registradas - Evolução Mensal

Serviço/Classificação		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total de Atendimentos
Saneamento	Informações	138	146	97	359	75	39	30	87	75	66	50		1162
	Reclamações	26	26	31	30	16	2	8	10	7	6	3		165
Transporte Passageiros	Informações	35	31	41	29	25	7	12	31	53	48	52		364
	Reclamações	59	31	31	3	8	4	5	14	12	14	7		188
Energia Elétrica	Informações	0	0	0	8	6	4	1	6	0	1	3		29
	Reclamações	2	3	2	0	0	1	1	0	0	0	1		10
Interno Agepan	Informações	0	0	0	44	50	20	9	26	21	28	25		223
	Reclamações	0	0	0	1	0	0	1	4	0	0	2		8
Total Atendimentos/Mês		260	237	202	474	180	77	67	178	168	163	143		2149

Diz Assessoria de Relações Institucionais

Boletim Agepan

Banco de e-mails

A Assessoria de Tecnologia da Informação - ATI está finalizando a construção do banco de e-mails da Agência, constituído de endereços eletrônicos de prefeitos e vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, secretários de governo, membros do ministério público, entidades de classe, etc, representantes do Estado de Mato Grosso do Sul; como também, de agências reguladoras estaduais e federais.

O gerenciamento, com vistas a atualização e manutenção dessa importante ferramenta de comunicação, é essencial para garantir uma boa entregabilidade das informações estratégicas de interesse da autarquia a um público alvo pré-determinado.

Previna-se do coronavírus, use máscara

A transmissão da covid-19 costuma ocorrer por contato com gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro e contato pessoal próximo, ou contato com objetos ou superfícies contaminadas, seguido de contato com a boca, nariz ou olhos.

O uso da máscara de proteção, seja ela de tecido ou descartável, diminui significativamente o contágio da doença. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o seu uso em pessoas que estão doentes e, também, nas que estão saudáveis.

A probabilidade de adquirir o coronavírus utilizando máscara, quando as duas pessoas - tanto a que está doente, como a que está saudável - usam a máscara, é baixa.

Dra. Maria das Graças E. de Assis
CRF 8713-SP

